

## **DE RAINHA DO LAR A PROFESSORA...<sup>1</sup>**

### **FROM A HOME KING TO A TEACHER**

Denise Soares Miguel<sup>2</sup>

*“A educação é um passo para a independência.”*

Nísia Floresta

*RESUMO:* O artigo analisa como a representação do magistério foi transformando a escola num local de trabalho para a mulher e o papel da Escola Normal na inauguração do processo de feminização do magistério.

*PALAVRAS CHAVES:* feminização do magistério; escola normal

*ABSTRACT:* The article analysis how the representation of teaching has turned the school into a work place for the woman, and the role of the Escola Normal in the beginning of the process of feminization of the teaching profession.

*KEY-WORDS:* feminization of the teaching profession; normal school.

O discurso sobre a importância da educação para a modernização do Brasil torna-se recorrente após a proclamação da Independência. A educação do povo é tomada como base da grande pirâmide da civilização. A falta de mestres e mestras com boa formação, mesmo sendo este tema frequente nos debates daqueles que detinham a hegemonia sobre os atos administrativos na área da educação, constituía-se num dos entraves a ser superado para que o país deixasse de ser inculto, atrasado e primitivo.

Desde a colonização, a atividade docente era reconhecidamente masculina. No período compreendido entre 1549 e 1759, os jesuítas especialmente, ocupavam-se apenas da educação dos homens. Em todo o período colonial, a mulher esteve afastada da escola e dedicava-se as atividades que eram tidas como naturais atributos femininos, tais como: costurar, bordar, ser uma prestimosa dona de casa e cuidadosa mãe e esposa.

---

<sup>1</sup> Este artigo integra o Relatório Final da Pesquisa *Currículo e Práticas Escolares na Escola Normal Catarinense – 1911-1930*. Florianópolis(SC), Centro de Ciências da Educação-FAED/DEEE/UEDESC, 2001.

<sup>2</sup> Professora do Curso de Pedagogia do Centro de Ciências da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina. E-mail: [desomi@uol.com.br](mailto:desomi@uol.com.br)

No século XIX “iluminada” pelos ideais europeus, a escola passa a ser vista como uma instituição capaz de garantir a unidade nacional através da transmissão de conteúdos e de valores morais e culturais que garantissem a consolidação do poder liberal. O poder público via na educação a força civilizadora fundamental para a construção do consenso necessário à conformação do Estado e, tomava os professores como tentáculos do poder político, na medida em que estivessem identificados com seus interesses.<sup>3</sup>

Os ideais revolucionários franceses deram inspiração também para os debates sobre a universalização da instrução primária e acenavam com a possibilidade de instrução para as mulheres, já que esta era restrita àquelas moças que freqüentavam os conventos religiosos.

Embora a partir de 1827 tenham sido criadas as primeiras escolas primárias para o sexo feminino em todo o Império, o que possibilitou igualmente a abertura das primeiras vagas para o trabalho no magistério feminino, já que as classes de meninas deveriam ser instruídas por “senhoras honestas”, a submissão da mulher na sociedade era muito evidente. Às mulheres era negado o acesso a educação e logo elas eram excluídas da participação na esfera pública devido a sua falta de educação. Nísia Floresta, professora autodidata, escreve na sua revolucionária obra *Opúsculo Humanitário* que era preciso “remover os obstáculos que retardam os progressos da educação das nossas mulheres, a fim de que elas possam vencer as trevas que lhes obscurecem a inteligência, e conhecer as doçuras infinitas da vida intelectual, a que têm direito as mulheres de uma nação livre e civilizada.”<sup>4</sup>

Em Desterro, capital da Província de Santa Catarina, a instrução pública das meninas encontrava resistências. Como descreve Joana Pedro<sup>5</sup>, em 1881 reclamava a professora Francisca Carolina Willinzton da freguesia de Santo Antônio, que os pais das meninas dificultavam suas freqüências às aulas, sobrecarregando-as com inúmeros “afazeres domésticos”, além de serem muito pobres e faltarem-lhes roupas e material escolar.

---

<sup>3</sup> SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. *Profissionalização do Magistério Feminino: uma história de emancipação e preconceitos*. Trabalho apresentado na 23ª Reunião Anual da ANPED. Caxambu, MG, 23 a 28 de setembro de 2000.

<sup>4</sup> FLORESTA, Nísia. *Opúsculo Humanitário*. São Paulo : Cortez; Brasília, DF : INEP, 1989. Biblioteca da Educação. Série 3; Mulher Tempo, v.1.

<sup>5</sup> PEDRO, Joana Maria. *Mulheres Honestas e Mulheres Faladas: uma questão de classe*. Florianópolis, Editora da UFSC, 1994, p. 45.

A medida que o Estado burguês buscava legitimar sua ideologia criando condições para a estruturação de uma rede pública de ensino, precisou preocupar-se também com a “profissionalização do professor.”<sup>6</sup> Assim, em meados do século XIX, em algumas cidades do país, foram criadas as primeiras Escolas Normais para formação docente. A Escola Normal representava para as mulheres uma das poucas oportunidades de prosseguirem seus estudos para além do ensino primário.

Formar a professora e o professor público significava capacitar o indivíduo para transmitir os bens culturais que garantissem a unidade da nação e ao mesmo tempo facilitassem o controle do Estado sobre seus cidadãos. A capacitação dos/das profissionais que iriam atuar nas escolas primárias merecia atenção muito especial pois eram eles/elas também os/as responsáveis pela formação moral e intelectual dos/as futuros/as cidadã/os.

Às vésperas da I Guerra Mundial (1914-1918), a política restritiva de importações posta em prática nos países desenvolvidos criou sérias dificuldades no Brasil. A eclosão da guerra inverteu a situação, fazendo com que as importações de matérias-primas e alimentos aumentassem. Ao restringirem o fornecimento de produtos industrializados para concentrarem-se na indústria da guerra, os países beligerantes obrigam-nos a substituir esses produtos por similares nacionais. Este processo de substituição de importações fez crescer o número de estabelecimentos industriais e, conseqüentemente, de operários. A imigração também se apresenta como uma das características dessa época. Esses fatos acarretaram uma elevação no grau de urbanização e o retorno das polêmicas sobre os destinos da nação, haja vista que 85% da população brasileira era analfabeta e os já 20 anos de República, pouco havia feito em matéria de educação no sentido de transformar súditos em cidadãos.

Santa Catarina era um dos estados da federação que detinha os mais baixos níveis educacionais devido ao reduzido número de matrículas e a seletividade do ensino público com as altas taxas de reprovações. O Coronel Vidal José de Oliveira Ramos, Governador do Estado no período de 1910 a 1914, considerava que este atraso era fruto da “falta de mestres idôneos e da adoção de processos arcaicos, considerados imprestáveis pela pedagogia moderna”.<sup>7</sup> Para superar tal situação introduziu a reforma no sistema de ensino público<sup>8</sup>, iniciada sabiamente pela Escola Normal, “viveiro de

<sup>6</sup> NÓVOA, António (org.). *Profissão: professor*. Porto: Editora Porto, 1991.

<sup>7</sup> Mensagem do Governador Vidal Ramos ao Congresso Representativo do Estado em 23/07/1911.

<sup>8</sup> Lei nº 846 de 11 de outubro de 1910 – Reforma o Ensino Público de Santa Catarina.

professores primários, viveiro desses modestos servidores que iriam, como factor máximo, traçar o mais positivo combate à hydra do analfabetismo.”<sup>9</sup>

Destinada a “formar os mestres da mocidade catharinense”<sup>10</sup>, a Escola Normal foi reorganizada tanto em seu aspecto físico com reparos no prédio, adoção de carteiras individuais do tipo Chandlers importadas da América do Norte, instalação de um museu escolar e de laboratórios de física e química; quanto no plano pedagógico com a introdução da cadeira de Pedagogia e Psicologia, ampliação da carga horária do curso, restabelecimento do ensino de alemão, restrição ao ensino de francês apenas ao primeiro ano e estabelecimento do exame de admissão. A imponente e solene fachada do prédio da Rua da Conceição, no bairro da Pedreira<sup>11</sup>, anunciava para todas as pessoas que por ali passassem que aquele era um lugar de objetivos muito especiais.

O grande mentor de toda a reforma do ensino público do Estado de Santa Catarina, empreendida no período de 1911 a 1935 foi o Professor paulista Orestes Guimarães, indicado como Inspetor Geral do Ensino pelo Governador Vidal Ramos para auxiliá-lo “na obra democrática da reorganização do ensino primário catharinense”<sup>12</sup>. Dizia Orestes que, “de facto, numa democracia nova como a brasileira, que de braços abertos recebe anualmente milhares e milhares de imigrantes de todas as nações e nas quaes estes recebem pelo menos uma instrução primaria bastante desenvolvida, uma educação nacional accurada, não é lícito preparar os seus filhos no regimen do ler, escrever e contar.”<sup>13</sup>

Essa perspectiva de “remodelação” pedagógica foi seguida obrigatoriamente por todo o sistema educacional catarinense. E juntamente com novos programas de ensino e livros escolares, os professores e as professoras foram divulgando ideais de trabalho e domesticidade para as camadas populares.

A maneira com que se transmite o conhecimento pode ter mais significado do que o próprio conhecimento, porque produz a consciência dos sujeitos na dialética entre o coletivo e o individual e onde o macro e o micro nível se relacionam. Por isto é importante que se entenda como se expressava o papel da mulher na sociedade

---

<sup>9</sup> Relatório apresentado pelo Secretário Geral Gustavo Lebon Regis ao Governador Vidal Ramos em maio de 1914.

<sup>10</sup> Idem.

<sup>11</sup> No atual endereço, Rua Saldanha Marinho, nº 196, Centro, Florianópolis-SC, localiza-se o Centro de Ciências da Educação-FAED/UDESC.

<sup>12</sup> Sinopse apresentada pelo Governador Vidal Ramos ao Congresso Representativo do Estado em 20/06/1914.

<sup>13</sup> Relatório apresentado pelo Secretário Geral Gustavo Lebon Regis ao Governador Vidal Ramos em maio de 1914.

catarinense para se ter a dimensão dos aspectos subjetivos que caracterizavam parâmetros hegemônicos de comportamento.

Ser professora passou a ser aceita como profissão especialmente para a moça solteira de classe média, até o momento do casamento, ou para as mulheres que ficassem sós – as solteiras e viúvas. As mulheres da elite de Florianópolis permaneciam reclusas no recanto do lar e sua participação pública destinava-se à assistência filantrópica e atividades de recreação. Joana Pedro<sup>14</sup>, diz que muitas discussões que engendraram mudanças estruturais na sociedade aconteciam nos grandes centros e não atingiam, a não ser em suas palavras e discursos, as localidades menores. Assim, por exemplo, a reivindicação do direito ao voto feminino que acontecia na cidade do Rio de Janeiro chegava até aqui em forma de crônicas, notícias e piadas nos jornais da época.

Ainda influenciadas por imagens femininas idealizadas, as redatoras do jornal feminino *Pena, Agulha e Colher*, que representavam o segmento mais conservador das mulheres de Florianópolis, escreviam em 1918, que era conveniente que o pai escolhesse o futuro marido da filha e que este tipo de casamento traria a felicidade de maneira diferente daquele escolhido pela paixão. Essas escritoras, conforme escreveu Joana Pedro, “sabiam que seguir ou aparentar seguir tais imagens femininas idealizadas, era o que as distinguiu das demais mulheres; daí talvez, a razão do empenho, tão conservador, de limitar, para as mulheres, os papéis normativos.”<sup>15</sup>

Paradoxalmente, estas escritoras, mesmo fortalecendo a idéia da esfera privada como espaço feminino, participavam da esfera pública como literárias; e, certamente, o fato de divulgarem valores liberais contribuía para uma visibilidade de um tipo idealizado de mulher.

O jornalista Crispim Mira em 1920 assim retratava a mulher catarinense no livro intitulado *Terra Catarinense*:

Na generalidade, a mulher catarinense tem uma expressão casta, de bondade e carinho, que a não deixa confundir-se com nenhuma outra. Estatura média, rosto oval, faces pálido-rosadas (sic), olhos castanhos ou pretos com longos cílios e olheiras arroxadas. Sua palavra é sempre afetuosa, e o som que emite, repassado de imensa doçura. Não há noiva, esposa ou mãe mais dedicada. É tão terna, tão resignada, tão paciente e zelosa que parece ter sido feita para sofrer. Ama ao extremo, num maravilhoso devotamento que faz a ventura do lar catarinense.<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup> PEDRO, op.cit, p. 91.

<sup>15</sup> Ibid., p. 113.

<sup>16</sup> MIRA, Crispim. *Terra Catarinense*. Florianópolis, SC : Moderna, 1920, p. 13-14.

A Escola Normal, freqüentada quase exclusivamente por mulheres, conforme pode ser observado na tabela abaixo, bebia de toda essa fonte da realidade sócio-cultural. A transmissão do conhecimento formava uma teia de relações permeadas por poder e subjetividades. Assim, nas escolas primárias ensinava-se a aceitar como legítimo que os homens fossem assalariados e que as mulheres fossem esposas e mães. Na realidade, entretanto, a oferta pequena de empregos em Florianópolis fazia com que muitas pessoas tivessem que viver do trabalho informal e, especialmente, as mulheres trabalhassem como lavadeiras, criadas, domésticas, cozinheiras, lavradoras, meretriz, etc. Eram as mulheres que muitas vezes garantiam a sobrevivência da família e extrapolavam a ideologia da mulher esposa-mãe confinada no lar.

### Movimento da Escola Normal em 1926

Cursos	Matrícula		Frequência		Terminaram o Curso	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Normal	1	41	1	38	1	14
Profissional	-	38	-	38	-	-
	1	79	1	74	1	14

Fonte: Mensagem do Governador Adolpho Konder ao Congresso Representativo do Estado em 22/07/1927

A identificação da mulher com a atividade docente, já havia suscitado muita polêmica na sociedade brasileira. Enquanto para alguns era uma insensatez entregar às mulheres, portadoras de cérebros “pouco desenvolvidos” pela falta de uso, a educação das crianças; para outros, as mulheres tinham “por natureza”, uma inclinação para lidar com crianças, já que elas eram as primeiras e “naturais educadoras” e que portanto, seria bastante apropriado confiar-lhes a educação de meninas e meninos. Cada aluno ou aluna representaria um filho ou uma filha espiritual, a escola seria uma extensão do lar e o magistério uma atividade de amor, doação e vocação.

Além de justificar a saída dos homens das salas de aula – dedicados agora a outras profissões, muitas vezes mais rendosas, este discurso conforme Louro<sup>17</sup>, legitimava a entrada das mulheres nas escolas – ansiosas para ampliar seu universo -, restrito ao lar e à igreja. A partir de então passaram a ser associadas as seguintes características “femininas” a profissão de professora: paciência, minuciosidade, afetividade e doação.

Lourenço Filho em 1921 observa que “o magistério primário, é em todos os países do mundo uma função feminina; no Brasil, as últimas cifras publicadas avaliam a cooperação das mulheres em quase 70% do total de funcionários encarregados do ensino”.<sup>18</sup> Porém, a principal atividade da mulher ainda era a de ser esposa e mãe. A ocupação com o magistério primário caracterizar-se-ia como transitória e como geralmente era um trabalho desenvolvido em um só turno, permitia que elas atendessem

<sup>17</sup> LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1997, p. 452.

<sup>18</sup> Apud REIS, M.C. *Tessitura de Destinos. Mulheres e educação – São Paulo 1910/20/30*. São Paulo: EDUC, 1993, p. 51.

suas “obrigações domésticas” no período contrário. O salário reduzido justificava-se pela sua complementaridade ao salário do marido, legítimo provedor do lar.

As jovens normalistas atraídas para o magistério por necessidade ou por ambicionarem ir além dos tradicionais espaços femininos, seriam cercadas de cuidados e restrições para que sua profissionalização não se chocasse com sua feminilidade. Uma música popular da época, assim cantava em verso a imagem da *professorinha*:

Vestida de azul e branco  
Trazendo um sorriso franco  
Num rostinho encantador  
Minha linda normalista  
Rapidamente conquista  
Meu coração sem amor...  
Mas a normalista linda  
Não pode casar ainda  
Só depois que se formar  
Eu estou apaixonado  
O pai da moça é zangado  
E o remédio é esperar...”<sup>19</sup>

Na Escola Normal todos os movimentos e ações eram cuidadosamente regulamentados, regulados e planejados. Os Regulamentos da Escola Normal Catharinense<sup>20</sup> são ricos em detalhes de como deveriam as alunas se comportar. Como exemplo, era proibido *formarem grupos nos corredores, em frente ou nas imediações do estabelecimento e tratarem de assuntos estranhos ao serviço escolar, dentro do estabelecimento*. As punições eram severas e iam da *advertência reservada à eliminação*. As penalidades também eram previstas para os professores e professoras da Escola, quando infringissem o regulamento. A formação do/a profissional necessário/a à moderna educação também se fazia pelas permissões, proibições, organização e ocupação do tempo e do espaço. Assim, uma série de rituais, símbolos, doutrinas e normas produziam meninas/mulheres em professoras e agentes civilizadoras dos/as novos/as cidadãos/os.

As normalistas era constituídas por uma estética, uma ética e uma auto-regulação que ultrapassavam os muros da Escola. Uniformes sóbrios escondiam os corpos das jovens, tornando-os praticamente assexuados, e combinavam-se com a

<sup>19</sup> *Normalista*, de Benedito Lacerda e David Nasser, música gravada por Néelson Gonçalves.

<sup>20</sup> Ver especialmente os Regulamentos Gerais da Instrução Pública aprovados pelos Decretos nº 585 de 29/04/1911 e nº 1.721 de 29/02/1924.

<sup>20</sup> LOURO, op.cit., p. 461.

exigência de uma postura *discreta e digna*. Aprendiam modos adequados de se portar, de falar, de escrever; aprendiam os gestos e olhares modestos e decentes, formas apropriadas de caminhar, de sentar, de argumentar.

A Escola Normal de diversas maneiras era *incorporada* ou *corporificada* pelas meninas, embora nem sempre na direção apontada pelos discursos oficiais, já que essas jovens também constituíam resistências, na subversão dos comportamentos, na transformação das práticas.

O trabalho docente como é hoje concebido, foi (e é!) inegavelmente construído nos meandros das relações de poder no qual o gênero, como primeira instância de estabelecimento das relações humanas, foi delimitando a Escola Normal e o ensino primário como um campo profissional socialmente construído como trabalho de mulher.



## Referências

FLORESTA, Nísia. **Opúsculo Humanitário**. São Paulo : Cortez; Brasília, DF : INEP, 1989. Biblioteca da Educação. Série 3; Mulher Tempo, v.1.

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. In: PRIORE, Mary del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

MIRA, Crispim. **Terra Catarinense**. Florianópolis, SC : Moderna, 1920.

NÓVOA, António (org.). **Profissão: professor**. Porto: Editora Porto, 1991.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres Honestas e Mulheres Faladas: uma questão de classe**. Florianópolis, Editora da UFSC, 1994.

REIS, M.C. **Tessitura de Destinos. Mulheres e educação – São Paulo 1910/20/30**. São Paulo: EDUC, 1993.

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. **Profissionalização do Magistério Feminino: uma história de emancipação e preconceitos**. Trabalho apresentado na 23ª Reunião Anual da ANPED. Caxambu, MG, 23 a 28 de setembro de 2000.

**Normalista**, de Benedito Lacerda e David Nasser, música gravada por Néelson Gonçalves.

SANTA CATARINA. Lei nº 846 de 11 de outubro de 1910.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 585 de 29 de abril de 1911.

\_\_\_\_\_. Mensagem do Governador Vidal Ramos ao Congresso Representativo do Estado em 23 de julho de 1911.

\_\_\_\_\_. Relatório apresentado pelo Secretário Geral Gustavo Lebon Regis ao Governador Vidal Ramos em maio de 1914.

\_\_\_\_\_. Sinopse apresentada pelo Governador Vidal Ramos ao Congresso Representativo do Estado em 20 de junho de 1914.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 1.721 de 29 de fevereiro de 1924.

**Artigo recebido em: 08/2002**

**Data de Aprovação: 09/2003**